

Inteligência Artificial: elementos para uma leitura crítica a partir da Economia Política da Comunicação¹

Helena Martins do Rêgo Barreto²
Universidade Federal do Ceará

Rodrigo Jesus Félix Paulino³
Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

O texto discute caminhos para a abordagem da chamada inteligência artificial (IA), a partir da Economia Política da Comunicação desenvolvida no Brasil, especialmente, a partir do diálogo com a literatura. Situa, em primeiro lugar, a questão do desenvolvimento tecnológico nos marcos da lógica de funcionamento do capitalismo. Depois, passa à dimensão histórica, problematizando a retomada dos investimentos em IA nos últimos anos. Situa, então, os principais elementos para uma abordagem da IA a partir da EPC, como a questão do avanço da subsunção do trabalho intelectual e da dinâmica especulativa do capitalismo contemporâneo, dada a dominância financeira.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Política da Comunicação; Inteligência Artificial; Subsunção do trabalho; Tecnologia.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2022, o lançamento do ChatGPT, da OpenAI, provocou o mais recente *boom* da chamada Inteligência Artificial (IA). Em apenas cinco dias, o ChatGPT alcançou um milhão de usuários (o Instagram, por exemplo, demorou dois meses e meio para atingir esse patamar) (Duarte, 2024). O crescimento rápido chamou atenção - em apenas cinco dias, alcançou um milhão de usuários (o Instagram, por exemplo, demorou dois meses e meio) (Duarte, 2024). Da mesma forma, é notório o volume de dados processados - toda a Wikipedia representa apenas 0,6% de seus dados de treinamento (Steinhoff, 2021, p. 212). A popularidade do ChatGPT deve-se à acessibilidade da automação de capacidades linguísticas e de comunicação, o que, por outro lado, afetou diretamente o mercado de buscas controlado pela Google, forçando a plataforma a desenvolver também o seu modelo de IA generativa, o Gemini. Em 2024, a empresa

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Economia Política da Comunicação, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, email: helena.martins@ufc.br.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, email: rodrigo.felix@aluno.uece.br.

anunciou o lançamento do seu próprio mecanismo de busca, chamado SearchGPT, competidor potencial do Google (Reuters, 2024). Além do *hype* gerado em torno do ChatGPT, a possibilidade de desemprego tecnológico também tem fomentado discussões em torno da Inteligência Artificial. Em uma perspectiva considerada conservadora, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontou, em abril de 2019, que a robotização e a informatização farão desaparecer 14% dos empregos em 20 anos.

A nosso ver, para além de tais expectativas que são, em geral, imbuídas de determinismo tecnológico, é necessário pensar a IA tendo em vista a lógica de funcionamento do capitalismo e o contexto histórico atual, tendo em vista, ainda, que a lógica e a história são permeados por contradições. Propomos, aqui, apontar caminhos para uma análise da IA nesses marcos, a partir da perspectiva da Economia Política da Comunicação, particularmente daquela que tem sido desenvolvida no Brasil em torno do grupo Obscom e da Revista EPTIC. Trata-se de uma abordagem dialética que tem como referência fundamental a obra principal de Marx, buscando a “ampliação do ferramental crítico da crítica da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista” (Bolaño; Bastos, 2020, p. 177-178). Conforme destacam Bolaño e Aragão (2018, p. 61), o foco reside nas relações sociais de produção, o que “pressupõe o conhecimento da evolução das forças produtivas. A inversão desses termos é o que caracteriza o materialismo vulgar”.

Isso não quer dizer que a questão das forças produtivas seja menor. Na verdade, os autores buscam evitar uma leitura determinista. Não obstante, convém ter em vista que também forças produtivas não são um objeto apenas, mas elas mesmas relações sociais: “[...] forças produtivas e relações de produção são os dois aspectos do processo pelo qual os seres humanos produzem e reproduzem suas condições de existência” (Bensaid, 1999, p. 74). Tais forças remetem não apenas à questão tecnológica propriamente, como ao maquinário, mas também à própria organização do trabalho e ao desenvolvimento da ciência (Bensaid, 1999, p. 77), que são objetos de lutas constantes.

Da parte do capital, a introdução da ciência e da tecnologia à produção se dá com vistas à ampliação da mais-valia e para eliminar o controle operário sobre o processo de trabalho (Romero, 2005). Não à toa, n’O Capital, Marx ironiza:

John Stuart Mill, em seus *Princípios da economia política*, observa:
‘É questionável que todas as invenções mecânicas já feitas tenham

servido para aliviar a faina diária de algum ser humano’. Mas essa não é em absoluto a finalidade da maquinaria utilizada de modo capitalista. Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor. (Marx, 2013, p. 445)

É a partir dessa relação com o trabalho que Marx vai observar o desenvolvimento tecnológico, notando como ele permite a passagem da subsunção formal à real, em que a maquinaria se converte no verdadeiro “amo” do trabalho vivo, os processos produtivos passam a ser ditados pelo maquinário, e o trabalho vivo passa a se submeter ao trabalho morto. Para tanto, aponta que, no contexto da revolução industrial, há a apropriação, em primeiro lugar, da mão que fia, “deixando para o homem, além do novo trabalho de vigiar a máquina com os olhos e corrigir os erros dela com as mãos, o papel puramente mecânico de força motriz”. Como resultado disso, temos a coisificação do trabalhador e a personificação da máquina - uma inversão que é observável na própria ideia de Inteligência Artificial.

Para evitá-la, cumpre lembrar, com Marx, que, na máquina de trabalho, na verdade, “reencontramos, no fim das contas, ainda que frequentemente sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas usados pelo artesão e pelo trabalhador da manufatura, porém não como ferramentas do homem, mas ferramentas de um mecanismo”. No mesmo sentido, a Inteligência Artificial consiste em uma forma de combinação do conhecimento humano já produzido, o que também defende Pasquinelli:

[...] the inner code of AI is constituted not by the imitation of biological intelligence but by the intelligence of labour and social relations. Today, it should be evident that AI is a project to capture the knowledge expressed through individual and collective behaviours and encode it into algorithmic models to automate the most diverse tasks: from image recognition and object manipulation to language translation and decision-making. (Pasquinelli, 2023, p. 13)

Assim, pode ser entendida como um estágio mais avançado da subsunção do trabalho, com as implicações vistas desde a revolução industrial, seja em termos de alienação ou mesmo da tentativa do capital de se autonomizar em relação ao trabalho humano - processo que gera inúmeras crises, afinal é o trabalho humano o que produz valor, não o trabalho morto do maquinário, que passa, ademais, a exigir mais

investimentos, uma combinação logicamente crítica. Disso, todavia, não se pode derivar a afirmação de um profundo desemprego tecnológico, pois a contradição permanece aberta e objeto de disputas - que podem levar, por exemplo, a uma ação protetiva do Estado em relação aos postos de trabalho. De todo modo, os limites do capital estão sendo progressivamente deslocados, conforme discutido por Bernardi (2024).

Especificamente, a Economia Política da Comunicação contribui para entender que as tecnologias da informação e da comunicação têm viabilizado, desde a reestruturação capitalista dos anos 1970, o avanço da subsunção do trabalho intelectual, ao lado da intelectualização geral dos processos de trabalho, o que conforma, nos termos de Bolaño (2002), a Terceira Revolução Industrial. O papel de tais tecnologias e da própria intelectualização também é destacado por Pasquinelli, que aponta que, “If there is a denial of the intelligence of manual labour and social activities today, that seems to be a symptom also of the overgrowth of the digital sphere and the dematerialisation of human activities, which have contributed to the aura of mystery that has been eventually constructed around AI.” (2023, p. 13).

Sabemos que, como tecnologia, desde a primeira metade do século XX havia debates e experimentos em relação à capacidade de automação de atividades de trabalho (Vieira Pinto, 2005). No entanto, não estavam dadas as condições para isso - o que deve afastar possível noção da automação como uma tendência de desenvolvimento tecnológico intrínseco e inescapável, como também alerta Benanav (2020). Ao contrário dos teóricos da automação, que consideram que trabalhadores já estão sendo deslocados por máquinas, que estaríamos rumando para uma sociedade amplamente automatizada e que a automação implicaria a libertação coletiva da humanidade da labuta, cenário que levaria a um desemprego tecnológico estrutural que seria respondido por política de renda básica universal, ele caracteriza que o declínio na procura de mão de obra não se deve a um salto sem precedentes na inovação tecnológica, mas à mudança técnica em curso em um ambiente de aprofundamento da estagnação econômica.

Steinhoff (2021) elenca três fatores que contribuíram para essa aceleração: a combinação entre plataformas digitais, dados e inteligência artificial; o crescimento do custo da mão de obra na China, que informa ter ultrapassado o custo no Brasil, no México e na Argentina, entre outros países, o que provoca a busca pela automação; e o

interesse renovado em aplicações militares de IA pelos Estados Unidos. A esses fatores devemos acrescentar a atração de investimentos especulativos.

Quanto ao primeiro aspecto, a digitalização e seus desdobramentos, como a produção de dados, viabiliza a intelectualização mencionada antes, a qual, por sua vez, permite a transformação de parte do conhecimento tácito em conhecimento codificado, ainda que essa conversão sempre encontre resistências (como, aliás, a própria subsunção em geral, pois depende da incorporação ao capital de algo que lhe é externo). Um processo que se dá sob o controle de grandes corporações, que expressam o cenário atual de concentração e centralização de capital (Martins, Bolaño, 2025). Essa situação se revela na disputa da concorrência, o que nos leva ao segundo aspecto elencado por Steinhoff. De acordo com Loncomilla e Bernardi (2021), a ascensão chinesa no cenário global insere-se em um processo histórico-econômico estruturado em três frentes principais, entre as décadas de 1970 e 1980, a saber: (1) a combinação entre a ampla disponibilidade de mão de obra local e o influxo de capital estrangeiro; (2) a articulação entre o capital ultramarino e o Partido Comunista Chinês; e (3) a implementação de uma política desenvolvimentista focada no setor tecnológico, impulsionada pela reabertura ao comércio internacional e aumento dos investimentos externos.

Além disso, os autores destacam a divergência estratégica entre China e Estados Unidos no campo do desenvolvimento tecnológico. Enquanto os EUA priorizaram investimentos militares com foco em tecnologias de comunicação voltadas à defesa e à consolidação de sua influência geopolítica no leste asiático, o que remete ao terceiro motivo elencado por Steinhoff, a China optou por fortalecer sua economia interna. Essa estratégia incluiu políticas públicas robustas, como investimentos estatais na educação básica, subsídios a pesquisas em inovação tecnológica e concessão de incentivos fiscais a *startups*, articulando-se com o capital global sem abrir mão de um planejamento centralizado orientado para o crescimento autônomo interno.

Por fim, há uma afinidade eletiva entre tecnologia e finanças, já que ambas colaboram para o sonho capitalista de superar as barreiras espaço-temporais e, no limite, a própria produção, para dar continuidade à acumulação. O problema da produção de valor também é visível na chamada “economia de dados” que está na base da IA. Ela é baseada no intercâmbio de meras abstrações, conforme Bolaño (2024), pois os dados são apenas matéria-bruta, que devem ser manipuladas para sua utilização em processos

de trabalho ou para a conformação de mercadorias. É por isso que tal dinâmica não resolve a crise atual – antes, a aprofunda.

REFERÊNCIAS

BENANAV, Aaron. **Automation and the Future of Work**. Verso Books, 2020.

BERNARDI, G. Limites absolutos ou relativos para a substituição de postos de trabalho por inteligência artificial? considerações a partir da automação industrial e da subsunção do trabalho intelectual. **Revista EPTIC**, v. 26, n. 2, 2024. <https://doi.org/10.54786/revistaepctic.v26i2.20833>

BOLÃO, César. Marxismo e inteligência artificial: notas de leitura. **Revista EPTIC**, v. 26, n. 2, 2024. <https://doi.org/10.54786/revistaepctic.v26i2.21660>

BOLÃO, César; ARAGÃO, Verlane. Considerações teórico-metodológicas sobre a história do campo da Economia Política da Comunicação e da Cultura. **Revista Brasileira de História da Mídia**. Teresina, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/7013>. Acesso em: 2 maio 2025.

BOLÃO, César; BASTOS, Manoel Dourado. Um pensamento materialista em comunicação. In: BIANCO, N. R. del; LOPES, R. S. **O campo da comunicação: epistemologia e contribuições científicas**. São Paulo: Socicom, 2020. p. 165-187.

DUARTE, F. Number of ChatGPT Users. **Exploding Topics**, 27 jul. 2024. Disponível em: <https://explodingtopics.com/blog/chatgpt-users>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MARTINS, Helena; BOLÃO, César. Para uma crítica da economia política das plataformas digitais: a configuração de uma nova estrutura de mediação social. **Contracampo**, Niterói, v. 44, n. 1, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/65506>. Acesso em: 2 maio 2025.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. [Volume 1]. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

PASQUINELLI, Matteo. **The eye of the master**: a social history of artificial intelligence. London; New York: Verso, 2023

ROMERO, D. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861 – 1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEINHOFF, J. **Automation and autonomy**: labour, capital and machines in the artificial intelligence industry. Palgrave Macmillan, 2021.